

O DIREITO À EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

*Dilson Brito da Rocha**

RESUMO

Neste estudo temos o objetivo de examinar questões atinentes à educação das relações étnico-raciais como um direito garantido. A formação da sociedade brasileira é multicultural, isto é, há uma miscigenação de culturas, cores diversas de pele, costumes, hábitos, crenças, diversidade biológica e cultural etc. Tais diferenças deveriam facilitar a questão da riqueza étnica e não a segregação. O pluralismo cultural existente no Brasil é algo que vem somar e não dificultar a identidade deste povo. Deste modo, o que conhecemos por Brasil é uma miscigenação de índios, europeus, negros, asiáticos, e conseqüentemente uma mistura de línguas, religiões, hábitos, que às vezes são bem diferentes, a depender da região geográfica em que um grupo estiver mais presente.

Palavras-chave: Educação; sociedade brasileira; multicultural; riqueza étnica; segregação.

*Mestre em Filosofia pela UNESP/Marília; Mestre em Teologia pela PUG/Roma, Itália; Docente na FIB - Faculdades Integradas de Bauru. E-mail: dilsondarocho@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Uma vez iniciado na mentalidade pluriétnica, muda-se a visão acerca da realidade brasileira, aceitando a vasta gama de etnias presentes. No Brasil há a presença de vários povos, e de alguns grupos minoritários, como o povo cigano, que tem uma cultura própria, sendo muito acentuada a itinerância, uma vez que tem hábitos nômades. É muito oportuno iniciar a sociedade brasileira no conhecimento étnico-racial, a constituição do povo brasileiro, valorando todos os grupos, que não devem ser herméticos, mas abertos à novos conhecimentos, à convivência harmônica e respeitosa, e assim perceber o processo histórico de mestiçagem, pelo qual passou o Brasil no decorrer de sua história.

A educação não está reduzida à escola, mas envolve a família que tem papel insubstituível, assim como igrejas, universidades, comunidades, mídia, todos responsáveis nessa trajetória comum: negros, brancos, índios, ciganos, religiosos, estrangeiros, grupos minoritários etc. Este é o fazimento de uma sociedade justa que englobe a todos, fazendo com que cada pessoa tenha um pertencimento à sua cultura, sem nenhum sentimento negativo, de vergonha ou constrangimento. Sobre tais temas deve haver um interesse global, onde cada um possa tomar parte do debate, pois com o envolvimento se entenderá a própria identidade pessoal, transcultural que é. Faz-se necessário quebrar alguns modelos equivocados difundidos no tecido social brasileiro, onde se acha que alguns grupos são mais inteligentes que outros, mais bonitos, mais éticos, a depender da cor da pele, da origem cultural, da religião que pertence etc. As diferenças são naturais, são boas para a formação de um todo, mas quando elas passam a incomodar, gerando preconceitos e violências, aí está o perigo a ser evitado com toda força, ou seja, com a educação e conscientização das pessoas, principalmente das mais desenformadas político-cultural e historicamente.

Precisa haver uma mudança de mentalidade (metanoia), inculcando que a diversidade cultural é a riqueza coletiva da nação brasileira, e não motivo de discórdias, divisões e guerras culturais, como acontece na manipulação política, ideológica, religiosa etc. Pelo contrário, as matrizes culturais africana, europeia e indígena, por exemplo, são motivos de enriquecimento, quando bem assimilados. A antropologia como sendo a ciência que se preocupa em entender o homem e a humanidade em geral, tratando de todos os aspectos do ser humano, deve divulgar a multiculturalidade brasileira. Graças a esta

ciência entendemos que o termo raça é uma atribuição equivocada que os povos europeus, no período das navegações, empregaram pela primeira vez aos indígenas e negros, dizendo que estes seriam de outra raça e não da raça humana, pelo simples fato de serem diferentes deles, nos costumes e na cor da pele. Aos poucos é que se foi assimilando-os como humanos.

Com o proselitismo católico eles foram forçados a aderir ao Cristianismo para se tornarem efetivamente humanos, isto é, carimbados como tal e terem os direitos oriundos dali. Naquele momento histórico de colonização somente aquela religião era considerada verdadeira e que ditava a maneira de crer e celebrar. Naqueles séculos o Cristianismo dava os ditames, passando uma cosmovisão preponderantemente teocêntrica. A partir do advento do Iluminismo é que os filósofos vão contestar essa visão, dizendo que pela via racional é possível entender as diferenças, os traços humanos diversos. Então, o termo raça passou a ser usado para designar grupos étnicos, entendidos dentro da diversidade cultural. A partir do século XX se entendeu que o termo raça não existe de fato. Biologicamente é uma aberração dizer que existem raças humanas diferentes. O equívoco se deu quando se dividiu as raças em inferiores e superiores. O conceito de raça então, não é algo biológico, mas ideológico-político e religioso. Ele tem em seu interior uma dominação de um grupo sobre outro, uma imposição de maneiras de pensar, de crer, de comportar etc., dentro por base a ideologia eugênica.

A realidade brasileira é pluriétnica, uma sociedade complexa e diversa, tendo uma desigualdade entre a população, seja econômico ou educacional. Isso precisa ser compreendido melhor, no intuito de sanar os problemas, diminuindo cada vez mais os disparates, que chaga nossa história. O estudo do povo brasileiro deve levar em consideração o fazimento de um redesenho cultural, contanto a história que foi camuflada, a história considerada “apócrifa”, pois não interessava aos que “venceram”. De todo modo, a antropologia deve se voltar sobre os temas “periféricos”, que às vezes não interessa à grande maioria e, assim, explanar como se deu a formação dos variados grupos étnico-raciais presentes, formadores da nação brasileira.

É imprescindível o entendimento dos diversos grupos sociais presentes no Brasil, que é já entender o Brasil, destacando o pertencimento desde povo às suas culturas de origem, suas ligações com seus antepassados não tão distantes. Precisa entender os pormenores destas culturas, suas linguagens, vestimentas,

religiosidades, fenótipos etc. Este entendimento é muito rico, visto que quebra barreiras, estereótipos, preconceitos, e insere o respeito mútuo. Na realidade brasileira há tensões quando se fala das relações étnico-raciais, de modo muito evidente entre negros e brancos, uma dificuldade que precisa ser sanada que só se dá por meio do necessário enfrentamento.

A antropologia quer tratar das questões étnico-raciais no ideário social do Brasil, entendendo como a abordagem de tais conteúdos chegam na sociedade em geral, naquela população menos instruída e naquela letrada. Se trata, portanto, de perceber como as pessoas olham para esses temas, como elas reagem e manifestam, se positivo ou negativamente, ou ainda se ficam neutras frente ao tema. Na sociedade brasileira não deve haver uma norma que reze a qual grupo étnico se deve lutar para pertencer, mas cada um deve entender suas origens culturais, pois se trata de uma sociedade heterogênea, diversa, mas que forma um povo particular, miscigenado, nossa identidade.

É notório que na história da constituição do povo brasileiro não há uma hierarquia entre as culturas, mas uma dominação e opressão de uma sobre a outra. Ouve um processo hierarquizante, que foi sendo imposto às pessoas. Impôs-se uma cultura, a europeia, como sendo a civilizada, modelo a ser seguido, que significa um verdadeiro empobrecimento cultural do povo brasileiro. A cultura europeia tem seus valores próprios que precisam ser entendidos e respeitados, mas nenhuma cultura deve se aniquilar para absorver outra. Cabe à antropologia decodificar as formas de racismos peculiares à sociedade brasileira. Tal disciplina deve entender o povo brasileiro em sua totalidade, a cor da pele, traços físicos, simbologias, mítica, política, construção identitária, maneiras de celebrar, crenças etc. Deve dar conta do pertencimento étnico-racial, mostrando a importância da história de cada grupo.

2 DESENVOLVIMENTO

Os movimentos étnico-raciais são marcadamente lutadores, resistentes, que buscam defender os direitos às diferenças étnicas. Eles reclamam políticas públicas, que apesar de existirem, ainda são muito tímidas e que precisam se efetivarem mais corajosamente. Os equívocos históricos precisam ser reparados

e grupos valorizados e reconhecidos, já que cada povo tem sua peculiaridade cultural a ser vista. Na década de 1970 alguns líderes negros lutaram, buscando desconstruir alguns preconceitos e estereótipos em relação a seu povo, como por exemplo, de que o negro é preguiçoso, inferior etc. Isso denuncia a falta de formação histórico-cultural, o que gera a discriminação e, conseqüentemente, a exclusão socioeconômica, religiosa, cultural, entre outras. Nos últimos anos, o povo negro vem se mostrando significativamente. Em 1995, em Brasília, houve a marcha dos 300 anos da imortalidade de Zumbi. Houve também a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, dado em Durban, na África do Sul, em 2001, lugar onde aconteceram casos de discriminações, a ponto de separar os locais onde negros e brancos poderiam frequentar.

Tanto a África do Sul como todo o mundo ouviram a voz deste povo tão estigmatizado. Foi um grito pela política de reserva de vagas para negros, as chamadas cotas, isso no ensino superior das universidades federais do Brasil. graças a essa reivindicação, no ano de 2001 o Supremo Tribunal Federal (STF), com unanimidade, aprova as cotas. Também há a conquista dos quilombolas, que com o Decreto n. 4.887/03 se prevê o direito que os negros tem às comunidades quilombolas. Tais terras foram reconhecidas, delimitadas, demarcadas e, por fim, tituladas, ou seja, foi feito todo o processo que garante o pertencimento das terras ao povo quilombola.

A Lei 7.716/89, a Lei Caó, vai definir os crimes resultantes de discriminação por raça ou cor. Esta lei inibiu as discriminações, mas precisa ainda ser mais bem conhecida e divulgada, a fim de ser observada e aplicada. A Lei 10639/03 vai rezer a questão do racismo na educação, onde se deve enfrentar, lutando e agindo contra toda forma de racismo, preconceito e discriminação no âmbito escolar. Com essa lei se quer, de toda maneira, fazer garantir o direito à diferença que cada cultura tem. Há o parecer do CNE/CP 03/2004, que vai aprovar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas. Depois, a Resolução CNE/CP 01/2004 vai detalhar os direitos, bem como as obrigações referentes à educação para a diversidade cultural, reforçando a educação nas relações étnico-raciais nas escolas.

No ano de 2009, com a preocupação de que a Lei 10.639 fosse observada pelas escolas, se engendrou o Plano Nacional de Implementação da Lei

10.639, estipulando metas que deveriam ser atingidas até o ano de 2015, isto é, criou objetivos claros e atingíveis por parte das escolas, quando nelas houver a boa vontade. No ano de 2013 se lembrou os dez anos de existência da Lei 10.639/2003, onde os estabelecimentos de ensino avaliaram o impacto na educação que a lei causou, sendo que houve avanços, mas ainda há uma vasta missão a ser cumprida. Esses dez anos serviram para semear as ideias. Doravante, precisa fazer o cultivo a fim de se colher bons frutos.

É interessante fazer saber que antes mesmo da elaboração das leis postas acima, a Constituição Federal de 1988, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira já acenava para a temática em questão, com uma nítida preocupação para com a inserção curricular nas escolas para o viés étnico-cultural e a formação do povo brasileiro. Porém, pouco era observado e, então, havendo a necessidade das leis mencionadas. As leis são de fundamental importância, mas elas sozinhas não agem. Precisa entendê-las e aplicá-las na realidade. As políticas públicas é que vão fazer com que a rigurosidade das leis seja observada e vivida na prática cotidiana.

Quando falamos de etnias dizemos de grupos de pessoas que tem culturas próprios, hábitos peculiares, traços físicos bem definidos. Deste modo, é preferível empregar o termo etnia e não raças humanas, já que o que há de fato são diversidades culturais e não raças humanas diversas. Por ter o Brasil uma vasta gama de etnias, dada a miscigenação, tem o consequente dever de buscar entender suas raízes, sendo elas todas dignas de assimilação e respeito. No Brasil há uma verdadeira confluência de povos, visto a presença nativa dos povos indígenas, africanos, colonização portuguesa, bem como povos asiáticos.

A nação brasileira tem aproximadamente 900 mil índios, distribuídos entre 305 etnias diferentes, e 274 idiomas. Os índios são povos nativos, que já habitavam este chão antes da chegada dos portugueses. Há um número bastante grande de negros, mais precisamente afrodescendentes, tendo uma nítida maneira peculiar de viver. Há os mulatos, que são os descendentes de negros e brancos. Há também os caboclos, que por sua vez são os descendentes de índios e brancos. Ainda existem os cafuzos, descendentes de índios e negros. Também há a presença do povo definido de branco, descendentes de europeus. Há também brancos que tem descendência africana, mas que tem características físicas de branco.

A escola é o ambiente propício para a educação formal, bem como a educação nos valores culturais. Ela precisa pensar na implementação de uma

política educacional que forme uma sociedade antirracista, uma realidade que inclua todos os grupos familiares presentes no país. Na própria escola há várias pessoas, de várias origens culturais, uma diversidade de etnias. O investimento deve ser na educação multicultural. Cabe aos pais a relação dialógica com a escola, com a instituição de ensino, para que a formação intercultural dos filhos/estudantes seja garantida de maneira integral. O fato de existirem vários grupos étnicos na escola é motivo de um melhor aprendizado, quando isso é valorizado pelos educadores, cabendo aos pais o acompanhamento deste fazer educativo, baseado na transculturalidade. O ambiente da escola é adequado para se ensinar os valores voltados para a temática multicultural, no combate à discriminação social. Na própria escola, quando olhamos para as origens do alunado, vemos uma diversidade cultural.

Educar os alunos não significa somente fazê-lo por meio de livros didáticos já elaborados, prontos, mas deve ser um processo integral, no respeito pelos outros e pelo meio. Cabe a escola identificar os codinomes pejorativos, às vezes usados carinhosamente, às vezes jocosamente, mas que sinalizam o preconceito, a discriminação e o racismo embutidos nas crianças. Se no ambiente escolar há a discriminação, significa que no meio social ela acontece fortemente, uma vez que a escola é uma espécie de “laboratório” social. De toda maneira, todos que estão envolvidos com o fenômeno educativo deve se ater para esta urgência, atentando para que a formação seja de todos.

A ideia é mudar a cultura do ambiente escolar, fazendo ver os valores múltiplos presentes na realidade brasileira. O lócus escolar deve ser um ambiente de inclusão, sem distinção de cor da pele, credo professante, visão política, mostrando que não existe hierarquia entre as culturas, nem tampouco nas maneiras de pensar, desde que sejam sempre respeitadas e não agressivas. A escola é o ambiente ideal para dar valorização às manifestações culturais, evidenciando a diversidade cultural. Para tanto, a escola precisa criar a cultura do diálogo mútuo entre os alunos, oriundos de variadas facetas sociais, entre os professores e os envolvidos na educação formal, bem como entre os pais e a escola, para que essa empreitada seja levada a cabo, pois, uma vez que todos assumem se facilita e se efetiva mais rapidamente e com qualidade. O diálogo é um “instrumento” facilitador e solucionador de dificuldades. Assim, a escola deve intermediar tal processo dialógico no acolhimento da diversidade social brasileira.

É necessário concretizar o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Contudo, a escola é espaço adequado para sanar a ignorância cultural e o esquecimento proposital ou não das chegadas de povos de todos os continentes no Brasil. É uma forma de desfazer os descasos, acabar com as desigualdades históricas em relação ao povo negro, mas também em relação aos indígenas e a outras populações excluídas ou grupos minoritários. As práticas pedagógicas e administrativas escolares tem a obrigação histórica de adaptarem para o viés pluricultural.

Com a publicação da Lei n. 10.639/2003, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP 3/2004, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas, devendo os estabelecimentos de ensino executarem-na, em seus diferentes níveis e modalidades, bem como estimular e formar os professores, e supervisionar o cumprimento das Diretrizes. (cf. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. 2006, p. 22). O professorado deve engendrar uma luta constante na construção da equidade social entre os grupos étnico-raciais, constituintes do povo brasileiro. O professorado deve se atentar para dar conta de toda a classe de alunos. A turma estudantil é composta, geralmente, por pessoas oriundas de várias culturas, classes sociais, religiões etc., e por isso, a atenção deve ser também multicultural, plurirreligiosa etc. O trabalho do docente, então, é aquele de contemplar a todos e vigiar, no dia a dia magistral, atitudes que conotem preconceitos e estereótipos traumatizantes.

O corpo docente deve se empenhar no enfrentamento das questões étnico-culturais, tanto os professores responsáveis pelas disciplinas ditas humanas, quanto das exatas, da natureza etc., pois, são conteúdos transversais. A interdisciplinaridade é um caminho possível e propício. Infelizmente, o professorado não está pronto para lidar com questões outras, senão aquelas já trabalhadas nas ementas, o que demanda uma formação do corpo docente das escolas.

Esse breve mapeamento das pesquisas desenvolvidas em cursos de pós graduação aponta para número crescente de pesquisas sobre negro e educação, relações étnico raciais e educação, além de outras linhas de pesquisa relativas a esta temática; porém estas ainda se detêm pouco sobre

a formação de professores (profissionais da educação), especificamente. (Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, p. 130, 2006).

Se faz necessário um material didático bem elaborado. Este precisa ser bem adaptado à realidade em que a escola estiver instalada, bem como correspondente a cada nível de ensino, respondendo às demandas peculiares de cursos fundamentais, de ensino médio e de ensino superior. Assim, contextualizar-se-á os conteúdos de maneira bem traduzida às regiões e às necessidades do alunado que estiver lidando. É uma preocupação muito oportuna a formação do corpo docente, por exemplo, dar-lhe instrumentos metodológicos adequados e uma capacitação ampla na educação das relações étnico-raciais. Isso o instrumentaliza, dando-lhe suporte adequado para lidar no dia a dia de sala de aula, tendo a devida qualificação conteudista para poder oferecer aos discentes.

A formação dos professores deve ser continuada, a fim de que possam se atualizar nas novas demandas voltadas para o ensino e para as necessidades dos alunos, reciclando sempre para melhor ofertar e o fazer com segurança. Os professores precisam ser os primeiros a empenharem na mudança frente às questões étnico-raciais, mostrando a boniteza da diversidade, e conseqüentemente a necessidade do respeito às diferenças. A missão de inserir nos currículos abordagens conteudistas requer a justa qualificação do professorado, senão se ficaria apenas na superficialidade e no tratamento periférico de assuntos que devem ser essenciais e tomados com proficiência. Os professores são os primeiros responsáveis na escola pela observação e correção de atitudes preconceituosas, discriminatórias e hostis. O professor é um educador nas boas atitudes, na vivência respeitosa e de entendimento. Ele deve decodificar as manifestações racistas que porventura vierem a ocorrer em sala de aula, sendo que ele forma não somente para os conteúdos formais, como matemáticos, físicos e químicos, mas também para a ética e os bons costumes, e para o entendimento e interação histórica.

O grande desafio para os professores é explicar as diferenças, tendo domínio de conteúdo, sendo isentos de qualquer preferência racial e sem estar contaminado pelos preconceitos, dos quais a sociedade está repleta. O educador precisa ter o conhecimento de causa quando se refere ao assunto que será ministrado em aula. Isso precisa se dá nas questões étnico-raciais e em

outros assuntos mais específicos. Quando se fala de cursos de graduação, por sua vez, se precisa pensar num corte disciplinar étnico-racial, fazendo chegar a todos a informação e a formação, sobretudo. Especialmente, os cursos de licenciatura, como a Pedagogia, podem melhor facilitar e proporcionar uma melhor capacitação do professorado, os formadores diretos dos discentes. Infelizmente, em alguns casos, a disciplina sobre a temática em exame existe apenas de maneira facultativa, sem caráter de obrigatoriedade.

O Ministério da Educação (MEC) oferece formação continuada dos professores das redes de ensino sobre as questões étnico-raciais, africana, afro-brasileira e indígena. E isso se dá por meio da Rede de Educação para a Diversidade, tendo um trabalho comum com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), como também com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Essa parceria é assim estruturada para fornecer os devidos subsídios dos quais os professores precisam. Só há uma maneira para que os temas sejam tratados com a devida proficiência, ou seja, com a formação dos professores e dos gestores educacionais. Para tanto, precisa rever as bases curriculares, os projetos pedagógicos escolares, fazendo uma varredura daqueles currículos já existentes, a propósito do melhoramento. Precisa cientificar a todos os educadores de que o Ministério da educação os financia, quando há um projeto condizente e que tenha definido de maneira clara os objetivos e que sejam atingíveis.

A juventude é plena de energia, e os professores podem explorar esta fase deles, mostrando que são sujeitos protagonistas da história, tendo muito a contribuir para o bem desta. A juventude brasileira se encontra inserida num universo plural, e por isso é capaz de assimilar e receber todas as culturas e de respeitar a todas, sem preterir nenhuma, e ao mesmo tempo capaz de passar sua peculiaridade cultural, sua raiz histórica para que todos também possam conhecê-la. O aluno é o sujeito do processo educativo, por isso deve escutar e estudar a história de sua etnia, suas raízes culturais.

A educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime. (GIMARÃES, 2003, p. 46).

É muito comum na educação brasileira a evasão escolar por parte de crianças negras e indígenas, dado a discriminação. Também é comum a dificuldade de aprendizagem por partes dessas crianças, problemas que os envolvidos na educação devem se atentar, para que estes estudantes sejam respeitados e acolhidos. É comum o sentimento de inferioridade por parte de alunos afrodescendentes e indígenas. O encorajamento por parte dos professores e por todos os responsáveis pela educação, é importante para o resgate da dignidade cultural deles. Outra parcela do alunado, por ser ciente de que sua cultura é mais valorizada, tem um senso de superioridade, o que é um reflexo social, grande equívoco. Isso é oriundo da desigualdade racial, econômica e social, necessitando de uma superação, entendendo que toda cultura tem seu valor peculiar, não cabendo hierarquização.

Deve ser mostrado pelos docentes que não existe uma cultura mais civilizada do que outra, mas existem maneiras diferentes de conquistas, descobertas etc. Cada uma tem suas conquistas e avanços, como também tem muito a contribuir. Não se pode copiar uma cultura, como se fosse um protótipo a ser seguido. Pelo contrário, cada uma deve se mostrar em suas inovações. Por exemplo, no campo religioso, os povos primitivos do Brasil tinham uma maneira de celebrar a fé, mas o Cristianismo foi passado como se fosse a única verdadeira e sendo dona do único culto aceito. Constitui em um erro teológico, baseada no proselitismo: forçava os indígenas a aderirem uma religião europeia e a abandonarem suas crenças.

Os estudantes afrodescendentes, pardos, indígenas e miscigenados não podem negar suas raízes por vergonha ou por medo, pois, não tem de que se envergonhar, antes, tem motivo para se alegrar, mostrando que suas origens somam na cultura brasileira, pois a diversidade pluriétnica é riqueza. A capacitação dos professores é uma tarefa prioritária das instituições de ensino. Eles são os agentes transformadores da sociedade, uma vez que formam futuros homens e mulheres atuantes, protagonistas sociais e futuros pais educadores. Os docentes formam futuros disseminadores da cultura multiétnica. Devendo mostrar que cada indivíduo é único, e por isso tem que se valorizar, não deixando afetar pelas divisões em classes, nem tampouco pelas hierarquizações culturais.

A universidade, como do nome já se deduz, é um universo de ideias, que enriquecem tal ambiente, e favorecem a formação integral, feito na integração.

A formação deve se dar por meio de conteúdos, oferecidos em disciplinas desta área e não em outras que apenas tenham um traço referente. Deve ser conteúdo exigido em avaliações, assim como qualquer outro. O estudo das etnias presentes no Brasil ajuda para a formação dos estudantes; não deve ser somente numa ênfase histórica, mas toda a história, como ela se deu de fato. Os *campi* universitários devem dialogar com a realidade local na qual está inserida, entendendo as demandas da cidade, bem como da zona rural, ambientes dos quais o alunado é proveniente. A discussão acerca das relações étnico-raciais é quase sempre tensa, não feita de maneira sempre harmônica, mas é um debate necessário, pois, é enfrentando as dificuldades que se pode superá-las.

As universidades têm a tarefa de abrir as portas para temáticas interculturais, dando uma atenção maior aos povos que sofrem discriminação, bem como empobrecidos, vulneráveis sociais. As Universidades têm autonomia para fazer valer a Lei 10.639 de janeiro de 2003. As Universidades podem, com autoridade dada pela lei, responder positivamente o dever de efetivar e implantar as indicações do Plano Nacional de Implementação Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Não pode haver omissões, mas o enfrentamento da questão, com base nas orientações do Ministério da Educação.

Para inserir disciplinas com corte étnico-racial há antes a necessidade de um material didático bem elaborado, que possa suprir todas as lacunas. O currículo escolar há de contemplar a realidade local brasileira e não simplesmente copiar o modelo europeu ou um currículo colonizado. Vivemos em um ambiente que tem vários elementos culturais que devem ser levados em consideração no momento de elaboração das ementas das disciplinas, nos planos de ensino. Precisa uma melhor formação e “preparação do terreno” escolar, a fim de que a disciplina seja acolhida com as informações necessárias. O terreno precisa ser bem cultivado, a fim de que com a empreitada se possa colher bons frutos. Deve haver diálogo entre currículo, escola e sociedade, trabalhando todos na causa comum, na formação de uma nova cultura, a da valoração de todos os elementos étnicos. Na formação juvenil não pode haver lacuna, mancando o conteúdo étnico-racial, visto que estão inseridos numa sociedade repleta de elementos culturais diversificados. A formação deve ser integral, contemplando o todo, sem priorizar uma área conteudista em detrimento de outra.

Os projetos pedagógicos devem contemplar em seu bojo a história cultural e a formação do povo brasileiro, fazendo se valer de subsídio didático que dê conta das demandas mais urgentes, para se alcançar, paulatinamente, outras questões humanísticas. Nos tempos atuais se atenta para a questão da interdisciplinaridade, a contemplação curricular de todas as áreas, uma interligação entre as disciplinas. O ideal é tratar de humanidades, alteridade, ética, moral, culturas, linguísticas etc., e não resumir os conteúdos apenas em algumas áreas, as numéricas e geográficas, por exemplo. O ambiente escolar pode se abrir, acolhendo conteúdos, às vezes oriundos dos próprios alunos, de suas realidades étnicas. Evidentemente, há de ter a adaptação dos conteúdos. É diferente uma escola ou universidade instalada no sul do Brasil e outra instalada no Norte. Há demandas diferentes, o que justifica a liberdade de uma reorganização. As Universidades têm a liberdade de ampliar a matriz curricular, enriquecendo os conteúdos.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) procura implantar políticas educacionais, preocupados com a alfabetização de jovens e adultos. Tem uma preocupação também com a questão ambiental, com a educação nos direitos humanos, a educação especial, educação na zona rural, a educação dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, e de maneira especial a educação para as questões étnico-raciais, já que, *grosso modo*, se trata de envolver todas as culturas nas labutas comuns. De todo modo, a Secadi quer incluir, com um viés socioambiental e sustentável, todas as problemáticas urgentes, que perpassam todos os setores da sociedade. Às vezes a grade curricular não contempla assuntos neste interim, gradeando em seu bojo somente temas muito pouco resumidos da história, que são importantes, mas que não é toda a história brasileira, como deveria ser contada, abarcando o todo, como de fato é constituída.

Os componentes curriculares mostram a capacidade que a instituição tem de tratar o todo, sem excluir elementos importantes da história. Isso facilita as práticas pedagógicas mais conscientes e contemplante de todos os elementos socioculturais. O que vivemos hoje, com esta nova mentalidade de ensino é um modelo pedagógico diferente, uma nova abordagem epistemológica, holística, que contempla não somente uma parcela cultural, mas o todo. A pedagogia usada deve ser antirracista. Deve reconhecer e admitir que muitos são racistas, para a partir daí, criar uma nova maneira de fazer educação. Não há uma receita

pronta de como combater a discriminação, mas, é sabido que os conteúdos disciplinares são vias facilitadoras nesta conquista. Os projetos pedagógicos devem mostrar ao povo brasileiro quem é ele, de onde veio, quais suas raízes, sua ascendência multicultural.

Da parte do Ministério da Educação, há um suporte constante e consistente, quando este prepara materiais didáticos, atendendo Estados, o Distrito Federal, os municípios, bem como instigando a formação continuada dos professores. O faz por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR). Tal plano é avaliativo e de implementação de políticas que almejam a desenvoltura educacional. É oportuno e importante que os coordenadores pedagógicos convidem, chamem os pais para participarem ativamente da elaboração dos projetos pedagógicos das escolas, uma vez que estão, no dia a dia, acompanhando as questões práticas que precisam ser abordadas nas aulas. A escola dialogará com toda a comunidade, fazendo uma parceria com a sociedade. A escola é o ambiente onde se sistematiza as problemáticas sociais, bem como prepara o cidadão para devolver para a mesma sociedade os conteúdos.

Os brasileiros vivem em um terreno repleto de culturas, enriquecendo a história. Por outro lado, vivem também imersos a tanta discriminação e tantos preconceitos e desigualdades. Frente a essa realidade paradoxal e hostil com os “diferentes”, deve ser implantada a mentalidade de acolhimento e respeito, tolerância e harmonia. A luta deve ser contra o racismo e que promova a tolerância, mostrando que a diferença cultural é um verdadeiro patrimônio cultural. Frente à xenofobia cabe a acolhida e o entendimento do outro, naquilo que ele tem a oferecer, contribuindo para o entendimento histórico. O respeito cultural requer o estudo da história da diversidade, entendendo todos os elementos culturais constituintes da nação brasileira. Requer também a desconstituição de que haja a superioridade de uma cultura sobre outra, que é a raiz dos preconceitos. O preconceito faz vítimas, pessoas que sofrem as consequências deste mal. O preconceito está presente em vários grupos, nas religiões, quando uma se vê superior a outra; entre as etnias, quando uma se vê melhor do que a outra; entre as línguas, quando uma se vê mais rica do que a outra etc.

O preconceito é a denúncia de que há ignorância em relação ao conhecimento das riquezas culturais das etnias presentes no Brasil. Denuncia as ideologias nacionalistas, os regionalismos e todas as maneiras de pretensão

de superioridade. Tais mazelas nasceram no Brasil colonial, quando os portugueses que aqui vieram passaram a ideia de que eles eram melhores, civilizados, mais religiosos, e que deveriam ser tidos como exemplo a ser seguido.

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda nossa história. Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente dos quase quatro séculos de escravagismo que a geração atual herdou. (HERINGER, 2002).

O respeito é a quebra das discriminações por classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade etc. A discriminação faz com que as pessoas fiquem cegas em relação ao outro, ao diferente, evitando os outros, distanciando dos diferentes, dos que pensam de outra maneira. Se evita lugares que tenha presentes homossexuais, judeus, pobres, simpatizantes de partidos políticos diferentes etc. O respeito leva à eliminação das rejeições e das agressões físicas verbais, como piadas, injúrias, apelidos, vocabulários hostis, entre outros. As atitudes respeitadas geram uma corrente de tolerância e acolhida. Reconhecer as diferenças é um caminho para o acolhimento e para o enfrentamento dialógico destas diferenças, sem tabu, e com o desprendimento necessário. E por outro lado, faz com que o “diferente” se integre, interaja, se mostre culturalmente e rompa com seus medos e receios.

Quando as atitudes são baseadas na tolerância se parte do princípio de que o reconhecimento dos outros deve se dar não pela etnia, mas pelo fato de ser o semelhante, e que as origens culturais, a religião, a visão política etc. não devem ser motivos de divisões, mas, motivos de acrescentamento e de crescimento intercultural. A problemática da desigualdade foi sendo construída aos poucos. A desigualdade não é algo que existe naturalmente, mas se dá à medida que as pessoas agem de maneira indisciplinada, imoral, egoisticamente, e, no caso brasileiro, desde a colonização. Os portugueses quando aqui chegaram depararam com grupos culturais diferentes, com os aborígenes, e entenderam que, uma vez que não eram como eles, seriam considerados inferiores, uma via fácil para dominá-los e explorá-los.

Para os europeus seria mais cômodo entender os povos nativos como inferiores, uma maneira estratégica de se fazerem ver como melhores. Assim,

poderiam apoderar das terras, do pau brasil, dos minerais, das mulheres etc. Foi uma verdadeira dominação, um total desrespeito, desconsiderando os que aqui já estavam, com interesses egoístas, muito embora se dissessem civilizados. Consequentemente, os que não fossem europeus ou não se adaptassem à sua maneira de pensar, agir e celebrar, seriam exterminados. Essas são as raízes da desigualdade que perdura até os tempos hodiernos, uma mácula social. Quando olhamos para as culturas diferentes, devemos partir do pressuposto de que elas somam para a constituição do povo brasileiro, sendo a heterogeneidade algo positivo. Frente a isso, as pessoas precisam se interagir, buscando conhecer o outro, reciprocamente, pois também se mostram. Assim, se faz uma integração dos vários elementos culturais, cada um respeitando as peculiaridades dos outros. Infelizmente, muitas vezes não acontece o intercâmbio cultural, prevalecendo a indiferença, e a intolerância e violência.

Urge a alteridade, o respeito e a acolhida do outro. Cumpre entender o processo de construção das relações étnico-raciais como um processo histórico, social, político, educacional, econômico e cultural. O reconhecimento do outro como diferente é uma conquista que se foi construindo paulatinamente, mas que ainda há por fazer. Na realidade brasileira há um dilema cultural, ou seja, apesar de ser uma sociedade multicultural há vários preconceitos e discriminações contra as culturas. São brasileiros com preconceitos contra seus concidadãos. Ao falar de intolerância, precisa entender que esta é uma forma de violência contra a cultura alheia. Por exemplo, é comum acontecer o ódio pelo estrangeiro, a xenofobia, a aversão total aos imigrantes que tanto contribuíram para a formação da nação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, poder-se-ia assegurar que urge um melhor entendimento do termo raça, tomado pela Educação das Relações Étnico-Raciais. Aqui não se tratou de raça como a ciência fez uma vez, para falar de raças humanas inferiores e superiores, mas para falar da questão social, política, ideológica, econômica, religiosa e, sobretudo, étnica. Não existem raças humanas, e sim a raça humana. Assim, raça aqui empregado foi no sentido

de identidade étnico-cultural, tão somente. Urge na sociedade brasileira uma nova educação, a implantação de uma nova cultura e maneira de encarar a diversidade cultural. É urgente a metanoia, a mudança de sentimento e de pensamento, inculcando nos cidadãos, desde o menos instruído ao mais letrado, que a diversidade cultural da sociedade brasileira é um bem a ser entendido e cultivado. Isso mostrará que o Brasil é o que é pelo fato da diversidade. Identificamo-nos como pertencentes a um país pluriétnico. Isso é motivo de mérito, uma democracia, onde todos tem o direito de se mostrar, de se fazer conhecer e de conhecer os demais.

A realidade multicultural e pluriétnica são motivos favoráveis para a vivência aprendiz no cotidiano das pessoas. Tal vivência ajuda a melhor viver a democracia, onde todos tenham reconhecidos seus direitos de expressões culturais. A diversidade no Brasil não só existe de cores de pele, mas de religiões, grupos linguísticos, culinárias etc. Por isso, não cabe a intolerância, mas o acolhimento do diferente, onde os segmentos da sociedade devem se abrir para o todo, para o estudo dos outros grupos e o contato com o diferente. Só a educação tem a eficácia de fazer esta mudança na maneira de olhar para a realidade.

É uma vergonha para a sociedade brasileira as agressões contra negros, homossexuais, adeptos de determinadas seitas religiosas, grupos políticos, bem como as agressões verbais, dadas por meio do xingamento em geral. As políticas públicas devem acontecer de fato, favorecendo o mútuo entendimento cultural, fazendo com que a legislação aconteça no dia a dia. Cada malha social precisa entender que não há a necessidade de hierarquizar as etnias, visto que todos são humanos, pessoas de direito, logo, concidadãos habitantes de um terreno plural. O que existem são diferenças, mas que não fazem de nenhum grupo superior. O senso de superioridade causa atrocidades, totalitarismos, ditaduras.

Enfim, que a cidadania seja garantida, a fim de que a igualdade possa ser vivida por todos. Que as pessoas não sejam julgadas pela cor da pele, pela visão política, pela indumentária etc., e saibam que o desconhecimento histórico leva a preconceitos e de que somente a educação é o caminho para as necessárias e urgentes mudanças de pensamentos e práticas.

REFERÊNCIAS

BOTH, S. J. *Racismo e discriminação no meio de todos nós*. Porto alegre, 2006.

GUMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas pública. Scielo Brasil. *Cadernos de Saúde pública*. Rio de Janeiro, vol. 18, p. 57-65, 2002.

MATTOSO, K. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed. 1988.

ORIENTAÇÕES E AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. Brasília, 2006.